

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS  
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ CERMA/PR  
29/08/2024**

Ao décimo quinto dia do mês de Agosto de dois mil e vinte e quatro, às 13h30m, em formato *online* através de videoconferência, com acesso pelo *link* encaminhado na convocatória, deu-se início à Reunião Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais:** **Secretaria de Justiça e Cidadania**, Titular — Jane Cristina Lobato Alves e Suplente, Evlyn Gamra; **Secretaria de Estado da Educação**, Titular — Gizele Cristiana; **Secretaria de Estado da Segurança Pública**, Suplente — Rafael Schultz; **Secretaria do Estado do Esporte**, Titular — Neide Maria de Góes Marchini; **Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**, Titular — Lenir Aparecida Mainardes da Silva; **Secretaria do Estado do Trabalho, Qualificação e Renda**, Titular — Suelen Glinski; **Secretária de Saúde**, Titular — Lucimar Pasin Godoy; **Secretaria de Estado da Educação – SEED**, Titular – Gizele Cristiana Carneiro; **Conselheiros da Sociedade Civil:** **Cáritas Brasileira Regional Paraná**, Titular — Márcia Terezinha Ponce; **Serviços Pastoral dos Migrantes, Curitiba**, Titular — Adriana Maria; **Associação dos Estrangeiros Residentes em Maringá e Região Metropolitana**, Titular — Marina Monteiro; **Pastoral Migrante Francisco Beltrão**, Titular — Rosane Aparecida da Silva Pereira; **Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRESS/PR)**, Titular — Wilma; **Ação Social Irmandade Sem Fronteiras**: Titular — Rockmillys Basante Palomo e Suplente, Aieda Muhieddine — Aieda; **Conselho Regional de Psicologia do Paraná**, Suplente — Victória de Biassio Kepla; **Cáritas Diocesana de Ponta Grossa**: Titular – Gislaíne da Rosa e Suplente – Isabella Campos Assunção; **Demais participantes da reunião:** Sheila Nicolau (CODIHC/SEJU); Rodolfo Moser (SEJU); Sônia Soares; Fabiane; Lena (MP); Gabriela Hugen (MPPR); Roselene Sonda (MPPR); Juliano (PUCPR); Sales (PUCPR); **Justificativas de Ausência:** Márcia (Cáritas Brasileira Regional Paraná) justificou sua ausência. **1. Abertura:** Inicialmente, Jane saudou a

todos (as) e deu abertura à Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). **2. Aprovação da Pauta:** Douglas informou que a pauta foi encaminhada para todos (as) e colocou-a em aprovação — sem ressalvas, pauta aprovada. 3. Aprovação de Ata da Reunião Ordinária de Junho de 2024: Primeiramente, Douglas informou que a Reunião de Julho não teve quórum, portanto, colocou apenas a Ata de Junho em aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovada. **4. Informes da Secretaria-Executiva:** Jane informou que a Sheila, antiga Secretária Executiva, foi desligada pela empresa terceirizada e agora, a nova Assistente Administrativa que fará a função será a Lisandra. Jané também informou que a Descentralizada estava prevista para Setembro, entretanto, em virtude das Eleições, a sugestão é que seja feita em Novembro. **5. Informes dos Conselheiros:** A seguir, Douglas informou que a Descentralizada continua prevista para o dia 28 de Novembro (quinta-feira) em Foz do Iguaçu. Lucimar solicitou que sejam encaminhados Ofícios para informar as Secretarias de Estado e Secretários (as) sobre a reunião, pois envolvem recursos para custear a ida dos (as) representantes — assim como serão feitos à Sociedade Civil. Em seguida, Douglas informou que o projeto-piloto ‘Cuida Paraná’ já encerrou suas inscrições, mas achou importante pautar para agradecer a todos (as), sobretudo das OSC’s, para conseguir as inscrições necessárias para dar o pontapé inicial, assim, registrou que estão avaliando todas as sugestões trazidas para melhoria para aperfeiçoá-la antes de levar para o interior do estado. Adriana destacou que umas das grandes dificuldades do CERMA é o distanciamento entre os (as) conselheiros (as) da Capital (presencial) e do Interior (que acompanham *online*), por isso, é necessária uma maior inclusão de todos (as) nos debates e encaminhamentos do Conselho. Além disso, Adriana informou que a *internet* e equipamentos do CEIM estão não funcionais e há relatos de migrantes que foram lá e relatam que foram muito bem atendidos, mas os cadastros eram feitos pelos aparelhos pessoais/dados móveis dos (as) funcionários (as). **6. Flexibilização do Processo de Naturalização:** Victoria indicou que recebeu um *e-mail* de migrantes relatando que estavam enfrentando dificuldades burocráticas da legislação brasileira quanto ao processo de naturalização, assim, solicitará mais dados/relatos para

compreender melhor a situação. Jane indicou que no *e-mail* consta dificuldades em relação aos antecedentes criminais e seria pautado na reunião anterior (que não aconteceu por falta de quórum), registrando que, essa questão é inerente ao CERMA, sendo uma exigência da Constituição Federal e que deveria ser refletido sobre quais contribuições o Conselho poderia fornecer. A seguir, Rockmillys informou que para algumas nacionalidades é praticamente impossível ter acesso aos Antecedentes Criminais apostilados e documentados. Por exemplo, a Embaixada da Venezuela não os fornece e os cubanos têm medo de solicitá-los por conta de perseguição de familiares em seu país de origem. Portanto, compreende que o CERMA não tem poder para alterar essas exigências da Constituição Federal, entretanto, podem construir uma Recomendação ou algo que sustente essas dificuldades na 2ª COMIGRAR em Novembro para chegar ao Ministério de Justiça e Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Por fim, destacou que o CERMA deve acompanhar essa solicitação da Sociedade Civil e formalizá-la aos órgãos responsáveis. Douglas sugeriu que o CRP e a Ação Social Irmandade Sem Fronteiras construam essa solicitação em conjunto — sem ressalvas, encaminhamento aprovado. Bruno relatou que essa exigência nem sempre é cumprida, pois às vezes solicitam a certidão de crianças e outras nem solicitam para adultos (as), algo que deveria ser estudado caso a caso e solicitar um *checklist* padrão para todos (as). Douglas sugeriu que a PF seja oficiada questionando exatamente quais os procedimentos para naturalização no que toca os Antecedentes Criminais — sem ressalvas, encaminhamento aprovado. **7. O Anúncio do Ministério da Justiça de Restringir as Solicitações de Refúgio no Brasil:** Márcia solicitou esse ponto, entretanto, não pode comparecer à reunião para debatê-lo. Douglas informou que essa questão é de conhecimento geral que o MJ começará a restringir as solicitações de refúgio no Brasil para migrantes de países dos quais são exigidos vistos, ou seja, os que não exigem continuam liberados normalmente. Essa alteração se deu porque muitos migrantes estavam chegando por vias aéreas no Brasil sem o visto nos aeroportos (como Guarulhos) e a “solução” do Ministério foi essa restrição. Infelizmente, os retornos obtidos foram desfavoráveis quanto ao fim da restrição e aparentemente é uma pauta vencida

dentro do Governo Federal. A seguir, Rockmillys ressaltou que compreende a impossibilidade do CERMA mudar esse cenário, mas seria importante o Conselho reforçar as solicitações que vêm sendo feitas pela Sociedade Civil/Outros Conselhos para acabar com essas restrições. Douglas sugeriu que seja feita uma Nota para o Ministério da Justiça para reforçar essa solicitação dos migrantes e destacar a violação de direitos que pode acontecer. Bruno sugeriu que o CERMA também avalie formas de interferir com o MPF e DPU para questionar de que maneiras eles podem intervir juridicamente neste caso, marcando uma reunião com representantes dos órgãos para explanação dos casos. Por fim, Douglas colocou os dois encaminhamentos acima em votação — sem ressalvas, aprovados. Douglas solicitou que a Equipe da Cáritas prepare a minuta da Nota/Resolução. **8. Cumprimento da Lei da Migração e Refúgio (Caritas):** A Assistente Social da Cáritas informou que estavam fazendo mutirões de emprego para migrantes, porém no momento de contratação nas empresas não são efetivadas porque eles não tem o RNM ou as empresas não aceitam porque está em papel sulfite. Inclusive, ontem (28) tiveram uma reunião com os Mercados Condor porque eles são uma das empresas que não aceitam o Protocolo de Refúgio. Douglas relatou que, quando esses casos chegam em algum espaço de âmbito estadual, eles (as) entram em contato direto com os RH's das empresas para informar que as documentações apresentadas também são válidas. Lucimar solicitou que essas orientações sejam dispostas no *site* do CERMA para transmitir essas informações, leis e demais documentos que validam. Rockmillys solicitou que seja feita uma reunião com empresários/ACP para espalhar informações sobre essas legislações. Suelen sugeriu que a Superintendência Regional do Trabalho também seja oficiada sobre isso, pois se as empresas estão desrespeitando as legislações vigentes devem ser notificadas por eles (Suelen se dispôs a escrever esse ofício). Rosane destacou que essas feiras, mutirões, questões de saúde e demais ações em prol dos migrantes dificilmente chegam no interior do estado. Portanto, Rosane solicitou que o CERMA olhe com mais atenção também para o interior, que as propostas e ações também sejam usufruídas pelos migrantes que não residem na Região Metropolitana de Curitiba. Em relação à Cáritas para o município de Dois Vizinhos, Douglas informou

que verificaria com o antigo presidente, Gil, se ela foi encaminhada. Evlin informou que nas últimas feiras de empregabilidade foram constatados desconhecimentos da legislação não somente das empresas, mas também das Agências do Trabalhador que não sabem o que vale ou não como documentação. Por isso, foi acordado que em cada feira será dado um “minicurso” antes para cada RH, lecionado pelo CEIM. Além disso, deve ser criado um vídeo para informar sobre as exigências de cada nacionalidade e as documentações necessárias a ser encaminhado às empresas. Lucimar destacou o trabalho feito por meio das Regionais de Saúde, que são atuantes e funcionam, sendo parte do trabalho dela e da Rosane repassar essas “falhas” nas políticas migratórias (ou outras) para as Regionais corrigirem e orientá-las de que forma devem atuar. Bruno pontuou que um trabalho de sensibilização seria mais “seguro” que oficiar as empresas, pois podem haver retaliações com funcionários (as) migrantes — como já houve relatos de ter acontecido. A seguir, Rockmilys ressaltou que é inaudível diversas falas dos (as) conselheiros (as) presenciais, pois estavam falando longe do microfone somente com aqueles (as) que estavam presencial. Para além disso, Rockmilys solicitou que, quando as Secretarias de Estado forem conversar com os órgãos responsáveis sobre pautas migratórias, convidem a Sociedade Civil porque se perde muito com suas ausências, pois eles (as) são a linha de frente das problemáticas, enfrentando-as no dia a dia. Em seguida, Gislaine também ressaltou que não ouviu as falas dos (as) conselheiros (as) presenciais e indicou que em Ponta Grossa também problemas quanto às documentações dos migrantes, por exemplo, há 15 dias uma empresa se recusou a contratar migrantes porque não tinham o número do RNM. Portanto, entrou em contato com a Polícia Federal para que o número do RNM constasse nos Protocolos de Refúgio e assim, os (as) migrantes foram contratados (as). Em relação à abertura de conta em bancos, Gislaine informou que é algo muito volátil e depende do (a) funcionário (a) que atender o (a) migrante, por isso, quando procuram a Cáritas, é entregue uma Orientação do Banco do Brasil que discorre sobre essas normas e a obrigatoriedade da abertura da conta. Por fim, Gislaine sugeriu que o CERMA construa uma Cartilha contendo essas informações, orientações, legislações, normativas e demais documentos que munem os (as) migrantes nestas situações,

distribuindo-a para empresas e demais espaços de possível uso. Ao findar o debate, Douglas listou os seguintes encaminhamentos: postagem na página/*site* do CERMA; marcar uma reunião com a Superintendência Regional do Trabalho; ao fim, colocou-os em aprovação — sem ressalvas, aprovado pelo pleno. Adriana, Evlin, Lena e Lenir se dispuseram para construir os materiais de comunicação para o *site* do CERMA. **9. Situação da Venezuela nos Processos Migratórios:** Inicialmente, Rockmilys informou que esse tema foi pautado por conta dos acontecimentos na Venezuela depois das eleições — que foi comprovada fraude eleitoral por diversos países. Por isso, há perseguições no país de pessoas que pensam diferente e lutar pelo respeito da liberdade e verdade, uma situação muito perigosa com muitos mortos, sem respeito nem mesmo às mulheres grávidas. Devido a essa situação extrema, a cidade de Pacaraima (RR) está completamente lotada e o processo de documentação está ficando cada vez mais demorada por conta da demanda. Além disso, devido ao aumento de venezuelanos no Brasil, muitos (as) colocam o país como primeira opção por conta de familiares que já residem aqui e dentre as cidades/estados, Curitiba e Paraná são postos como primeira opção. Assim, há uma eminente crescente migração para o Estado do Paraná e o CERMA necessita observar com cuidado todo esse processo. A seguir, Alberto informou que são cerca de 400 a 800 pessoas que chegam à fronteira diariamente, entre elas, crianças, deficientes, pessoas doentes, mulheres grávidas e todo tipos de pessoas que estão fugindo do Governo Ditatorial da Venezuela — que é apoiado por um ínfima minoria no país — para não serem perseguidas. Alberto informou que já são aproximadamente 1300 presos e 30 pessoas mortas e é necessário que o CERMA se posicione quanto a isso, pois não são questões de ideologia política, são violências extremamente graves contra os direitos humanos dos venezuelanos. Rockmilys ressaltou essa perseguição e relatou que chegou no Brasil em 2018 devido a ter sido perseguida na Venezuela, é uma violação de direitos humanos básicos que vêm acontecendo há anos e que fica a cada dia mais forte, não existe mais liberdade, democracia ou direitos humanos no país. **10. Casamento de Migrantes Venezuelanos – (comunicação com cartórios):** Douglas informou que o CERMA participou da Manifestação para facilitar a documentação de migrantes

que desejam se casar no Brasil e apesar de terem conseguido aprimorar essa questão, alguns Cartórios ainda não tiveram acesso à normativa. Neste sentido, Douglas sugeriu que a SEJU construa e disponibilize um material informativo na página do CERMA para que, quando chegar novos casos, as Secretarias e/ou Sociedade Civil os encaminhe para os Cartórios e assim sejam cumpridas as Normativas — sem ressalvas, aprovado. Rockmilys informou que a Diretoria dos Cartórios se reuniu com eles e informou que repassará para todos os Cartórios as normativas. Além disso, informou que através dessa flexibilização inicial, também foi conquistada uma flexibilização para outras nacionalidades — cubanos, por exemplos. Por fim, também informou que chegou casos em que os Cartórios não estavam emitindo certidões de nascimento para crianças por conta da falta de documentação que os (as) funcionários (as) do Cartório achavam necessárias, por isso, também deveria ter informações referentes a esses casos no material. A seguir, Rockmilys solicitou que o CERMA se pronuncie quanto a situação na Venezuela e as violações de direitos humanos — sem ressalvas, aprovado. **11. Reestruturação das Comissões:** Douglas informou que as Comissões ainda não retomaram as atividades, muito por conta da falta de tempo dele e da Márcia para assumirem as coordenações. Então, Douglas solicitou que outro (a) conselheiro (a) assumira a Coordenação da Comissão que tratará do prêmio e a Comissão de Monitoramento. Aieda se dispôs para assumir a Coordenação da Comissão de Monitoramento. Victoria colocou o CRP à disposição para fazer a Relatoria da Comissão de Monitoramento. Por fim, Douglas colocou as alterações das comissões supracitadas em aprovação — sem ressalvas, aprovada. **12. Informes Gerais:** Sem informes gerais. **13. Encerramento:** Em conclusão, Douglas agradeceu a presença de todas e todos e deu encerramento à Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa. Revisada Lisandra Silvério